O custo do incumprimento do Estado para a ciência e para o ensino

Opinião

Mesmo para quem acompanha à distância a política científica e o ensino superior em Portugal, o que acontece nas nossas universidades ultrapassa qualquer disputa setorial ou corporativa. Deve preocupar qualquer cidadão. O Estado não pode transformar-se num parceiro de má-fé, capaz de rasgar compromissos solenes a meio do jogo e empurrar instituições públicas essenciais para a beira do abismo financeiro e operacional.

Para compreender a gravidade do momento, comecemos pelo incumprimento. Em 2024, ao abrigo do programa Aliança, formalmente contratualizado, o Estado assumiu o financiamento plurianual de um terço das despesas salariais de investigadores integrados na carreira. Não foi uma promessa de campanha nem apenas um compromisso herdado de um Governo anterior.
Foi expressamente confirmado e subscrito pela atual tutela, através de várias adendas aos contratos-programa originais.

Confiando na palavra do Governo e na estabilidade das regras do Estado de direito, as universidades cumpriram a sua parte.
Contrataram centenas de cientistas altamente qualificados, dando-lhes estabilidade e renovando o potencial das instituições, tanto na investigação como no ensino.

Ao não assegurar as transferências previstas, depois de assinados os contratos e assumidos encargos permanentes, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) deixa por cumprir obrigações financeiras expressamente assumidas, penalizando precisamente as universidades que mais confiaram no Estado e que mais positivamente responderam ao incentivo à estabilização das carreiras científicas.

O mesmo Governo assumiu também a continuidade do FCT-Tenure, programa concebido para incentivar a contratação permanente de investigadores e docentes com base em estratégias de investigação avaliadas por painéis internacionais, e não apenas em necessidades de serviço docente. O próprio ministro reforçou a primeira edição do FCT-Tenure em 100 vagas adicionais. Sob a sua tutela, a segunda edição foi formalmente inscrita no calendário da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para 2025, mas, no final desse ano, foi adiada para 2026. Em início de novembro, continuamos sem indicações concretas sobre a intenção de manter a sua abertura.

Tanto o Aliança como o FCT-Tenure integram uma política de emprego científico destinada a consolidar as estratégias de investigação e inovação das instituições, através da atração, integração e retenção de talento. Em ambos os casos, está em causa a concretização de decisões assumidas.

Neste contexto, os contratos dos Concursos de Estímulo ao Emprego Científico (CEEC) foram reduzidos de seis para três anos, alegadamente para diminuir os encargos da FCT, desincentivar vínculos precários prolongados e libertar recursos para estimular a abertura de concursos internacionais de carreira. Porém, o Aliança continua sem o financiamento acordado e a segunda edição do FCT-Tenure por abrir. Em vez de combater a precariedade dos investigadores e das instituições, esta política acaba por agravá-la.

As consequências ultrapassam o dano reputacional de um ministro ou executivo. Esta quebra de palavra mina a segurança jurídica e a confiança que devem reger a relação do Estado com a sociedade, particularmente com as suas instituições públicas. Se compromissos contratualizados podem ser desrespeitados e calendários públicos sucessivamente adiados, que garantias restam para negociar futuros acordos ou reformas?

A esta falha ética e institucional soma-se o impacto na vida das instituições e dos estudantes. Ao deixar às universidades uma despesa avultada que se comprometera a suportar, o Governo abre um rombo orçamental nas contas de instituições há muito confrontadas com o subfinanciamento crónico do ensino superior público.
Interrompendo sem aviso prévio um financiamento estruturante, deita também por terra anos de planeamento rigoroso e de investimento estratégico das universidades e dos centros de investigação.

Em Portugal, as unidades de investigação estão umbilicalmente ligadas às universidades. A maioria

DANIEL ROCHA



não possui personalidade jurídica própria, cabendo às universidades a responsabilidade legal pelos investimentos e contratações de investigação e docência. Engana-se, portanto, quem pensa que o impacto fica confinado às nossas unidades de investigação e laboratórios. O incumprimento do financiamento da investigação desestabiliza todo o edifício universitário, comprometendo severamente recursos necessários ao ensino, ao recrutamento e ao mais elementar funcionamento institucional.

Neste contexto, a recente apresentação governamental das propostas de prioridades estratégicas para a Investigação e Inovação em Portugal, para 2027-2031, revela um otimismo sem garantias orçamentais claras, soando quase a provocação perante os compromissos por cumprir.
O Governo pretende orientar uma parcela crescente do financiamento para prioridades politicamente definidas, por meio de planos quinquenais, prometendo, com isso, maior financiamento e previsibilidade. Até agora, o resultado tem sido o oposto.

Em vez de estabilidade, eficácia e visão estratégica, temos um agravamento sem precedentes da incerteza no sistema científico

> **Há decisões políticas que ferem um princípio elementar: a palavra dada**

nacional. O Governo criou uma nova Agência para a Investigação e Inovação (AI2) cuja atividade não se conhece e que coexiste ainda com a FCT que virá a substituir.
Aguardamos a identificação das referidas áreas científicas consideradas prioritárias pelo ministério, dos montantes disponíveis, da origem dos fundos e da parcela reservada apenas às regiões de convergência. Este ambiente de imprevisibilidade generalizada é inimigo do conhecimento. Não serve a investigação fundamental, que exige tempo e maturação, nem o desenvolvimento de inovação com aplicação social, cultural ou económica, que requer equipas estáveis e projetos continuados.

Num contexto de profunda transformação e aceleração em todas as áreas científicas, o Governo também parece acreditar que pode definir, politicamente, as áreas e instituições onde ocorrerão as descobertas mais relevantes no futuro, antes mesmo de as próprias comunidades científicas o fazerem. É, por isso, também particularmente preocupante que as ciências sociais e humanas e as artes pareçam não ter lugar numa estratégia nacional que deveria reconhecer e garantir a diversidade do conhecimento e dos seus contributos para a sociedade.
Perante esta tendência intervencionista, seria desejável que a estratégia do Governo integrasse mecanismos claros de proteção do princípio fundamental da autonomia da investigação, para que a ciência possa continuar a ser um campo plural e, mais importante, intelectualmente livre.

Podemos, assim, argumentar que talvez não caiba ao executivo antecipar as descobertas do futuro, mas antes assegurar as condições e a previsibilidade para que estas possam acontecer.
Independentemente das opções políticas deste Governo, por mais discutíveis que sejam a sua eficácia e coerência ideológica, há uma linha vermelha: o Estado tem de ser uma pessoa de bem.

O mínimo exigível é que o Governo honre a palavra empenhada e cumpra integralmente os compromissos assumidos, respeitando os calendários que divulga, os contratos financeiros e adendas que assina, e a autonomia e as múltiplas missões das nossas universidades.

Pelo Conselho das Unidades de Investigação e Desenvolvimento (CUID) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa: Carla Vieira, directora do Centro de Humanidades (CHAM); **Carlos Ceia,** director do Centro de Estudos Ingleses de Tradução e Anglo-Portugueses; **Carmen Fonseca,** directora executiva do Instituto Português de Relações Internacionais; **Catarina Alves Costa,** presidente do Centro em Rede de Investigação em Antropologia; **Dalila Cerejo,** directora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais; **João Constâncio, director do Instituto de Filosofia da Nova; Luísa Cymbron e Ana Pereira,** presidente e directora executiva do Centro de Estudos em Música; **Manuel Deniz Silva,** presidente do Instituto de Etnomusicologia — Centro de Estudos em Música e Dança; **Maria João Branco,** directora do Instituto de Estudos Medievais; **Maria Fernanda Rollo,** coordenadora do Pólo FCSH História, Territórios, Comunidades; **Paulo Nuno Vicente,** coordenador do Instituto de Comunicação da Nova; **Rui Lopes,** presidente do Instituto de História Contemporânea; **Sílvia de Almeida,** directora adjunta do Centro de Investigação Interdisciplinar em Educação; **Susana S. Martins,** directora do Instituto de História da Artee presidente do Conselho das Unidades de Investigação e Desenvolvimento da FCSH da Nova; **Teresa Araújo,** coordenadora científica do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição**